

GDF já fiscaliza atuação dos médicos

Marcos Henrique

25 MAI 1986

A partir de hoje, qualquer médico ou profissional da área de saúde que se negar a atender a população será denunciado pelo próprio paciente, através de um formulário e demitido imediatamente pelo Governo do Distrito Federal. O governador José Aparecido de Oliveira disse ontem que essa foi a solução encontrada para a aplicação das medidas punitivas contra os grevistas, já que o Tribunal Superior do Trabalho decretou a ilegalidade da greve, e a volta ao trabalho e os servidores se negam a cumprir a lei. Aparecido considera essa sua ideia como uma "inspiração divina", uma vez que "os grevistas serão confrontados pela população".

O plano, que visa transferir a responsabilidade das demissões para a comunidade, foi montado ontem por toda a equipe do GDF durante reuniões no Palácio do Buriti com os secretários e administradores regionais. O esquema, que tem por objetivo pressionar a volta dos servidores ao trabalho, vai funcionar da seguinte forma: o usuário, ao chegar à unidade de saúde e constatar que o profissional se nega a atendê-lo, preenche um formulário, denominado Termo de Reclamação da Comunidade, com o seu nome (se for analfabeto, deixa suas impressões digitais), nome do servidor, horário em que ocorreu o fato e endereço. O documento é assinado por três testemunhas e encaminhado à Fundação Hospitalar, que se encarregará de demitir o profissional.

Ao justificar o plano, José Aparecido, disse que o seu Governo não tem a intenção de "fabricar martir", mas fazer com que todos voltem ao trabalho. "A vontade do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e do Partido dos Trabalhadores (PT) é que eu saia demitindo todo mundo, mas é a população que vai dizer quem é o culpado", acentuou. O Governador acredita na eficácia da medida e acha que ela vai acabar "imediatamente" com a greve. Acredita ainda que o Termo de Reclamação da Comunidade pode ser utilizado nacionalmente.

Antes de anunciar o plano, o deputado Azeiteiro reuniu-se com o procurador geral da Justiça do Trabalho, Wagner Pimenta, e o presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Oswaldo Florêncio Leme. Wagner Pimenta explicou que a postulação dos profissionais de saúde de 14% de reposição salarial é vedada por Lei. "Toda e qualquer reposição salarial é textualmente vedada pelo artigo 24, do Decreto-Lei nº

Diretores são demitidos

O governador José Aparecido demitiu ontem sumariamente, os 10 diretores de hospitais regionais integrantes do complexo da Fundação Hospitalar que foram eleitos em pleito direto pela comunidade médica, em setembro do ano passado.

Em entrevista, logo depois de distribuir uma nota oficial, o Governador jogou uma ducha fria nos boatos que circulavam nos corredores do Palácio Buri, dando conta que o secretário de Saude, Alberto Barbosa, teria feito seu pedido de demissão em apoio a atitude tomada pelos diretores das unidades hospitalares.

— Isso não chegou a ser ventilado, um só instante», garantiu Aparecido. Minutos antes, o secretário Alberto Barbosa tinha deixado o gabinete do Governador demonstrando estar nervoso. Barbosa garantiu, em entrevista, não ter pedido demissão e em seguida se dirigiu para o gabinete do secretário-chefe do Gabinete Civil, Guy de Almeida.

O Governador ressaltou que não tinha demitido ninguém. «Eles pediram demissão e eu prontamente aceitei, o que acho natural», argumentou, acrescentando que a partir de hoje os 10 diretores demitidos serão subs-

Barbosa levou os pedidos

O pedido de demissão dos 10 diretores de hospitais regionais do Distrito Federal foi levado ao governador José Aparecido pelo próprio secretário de Saúde. Alberto Barbosa, num encontro no final da tarde, que teve a participação também do diretor da Fundação Hospitalar, João Cruz.

Uma onda de boatos logo estourou concentrada no Palácio Buriti. Em princípio, o que se especulava era que os diretores demissionários teriam assinado o pedido de demissão em conjunto e que alguns deles haviam ligado para o secretário de Educação para dizer que não aceitavam a demissão e que teriam sido forçados a assinar o documento.

Quando o secretário de Saúde

Criado sistema alternativo

Na nota oficial que o governador José Aparecido distribuiu ontem, não há qualquer referência à demissão sumária dos dez diretores do complexo hospitalar mantido pelo GDF.

Nela, o governador dá mais ênfase às medidas adotadas, a exemplo dos esquemas alternativos da assistência ao público, já em pleno funcionamento, através da rede de hospitais federais (Inamps, HFA, HGU e HCNCB).

Informa que foi montado. Igualmente, um sistema alternativo de transporte a fim de con-

2.284. que reformulou a política salarial do Governo", afirmou Pimenta

Explicou que mesmo em caso de dissídio coletivo, as reivindicações de aumento não podem ser atendidas sob pena de nulidade da sentença. "O Tribunal Regional do Trabalho — friso — não poderia conceder qualquer reposição porque a sentença seria anulada". Disse ainda que, caso o Governador atendesse essa reivindicação, ele próprio teria que determinar um recurso contra a sua decisão.

Ao lembrar que está agindo dentro da lei e com "cautela", Jose Aparecido afirmou que não colocou polícia nas ruas para reprimir os grevistas, não usou de qualquer força, mesmo sabendo que a greve é de cunho "político". Para o funcionamento do plano elaborado ontem em gabinetes do GDF, Aparecido acionara as associações de moradores, órgãos como o Grupo Executivo de Defesa do Consumidor (Procon), que também recebera as denúncias da comunidade sobre o não atendimento dos médicos e todas as administrações regionais.

Omissão de socorro
 Caso o médico não atenda o paciente, fica caracterizada a omissão de socorro, que é crime previsto no Código Penal. No caso do médico, o fato é, ainda, mais grave, uma vez que, omitindo o socorro, estará incorso no art. 135, do Código Penal, que dispõe: "Art. 135. Deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, a criança abandonada ou extraviada, ou a pessoa inválida ou ferida, ou ao desamparo ou em grave e iminente perigo, ou não, pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública.

[illegible]

tituídos pelos diretores administrativos.

É a seguinte a relação dos diretores de hospitais do DF que foram exonerados:

Márcio Tales Horta (HBB), Luiz Torquato de Figueiredo (Regional da Asa Sul), Walter Ramos Salgado (URAN), Lauro Seabra Guimarães (Regional de Taguatinga), João de Abreu Branco Junior (Regional do Gama), Marcos Antônio da Costa Porto (Regional de Sobradinho), Francisco das Chagas Gomes de Castro (Regional de Brasília) e André Santiago Rangel Lima (Pronto Atendimento Psiquiátrico de Taguatinga).

O estopim da demissão em conjunto dos 10 diretores que chegaram a ser designados para o cargo depois de uma eleição direta, com a participação ativa da comunidade médica do DF, em setembro, estourou com a decisão, por parte do GDF, de fiscalizar os pontos dos médicos nos hospitais da rede pública a partir de hoje.

Pelo menos essa foi a versão apresentada pelo próprio secretário de Saúde, ao justificar o pedido de demissão em massa desses servidores. «Eles não concordaram com as medidas adotadas pelo Governo», garantiu Barbosa.

u os pedidos

— Não punimos ninguém. O que está existindo é uma onda de boatos", disse, em tom energico, o governador. A seu ver, quem está sendo penalizado, na verdade, "com essa greve ilegal é a população: mais carente, justamente a que precisa da rede pública e que não tem condições de pagar médicos particulares".

a alternativo

Revela, ainda que o governador teve sucessivas reuniões. Na parte da manhã, a propósito da greve no setor de saúde, sendo a primeira com os administradores regionais e as demais com o procurador-geral da Justiça do Trabalho e o presidente do Tribunal Regional do Trabalho.